

Xukuru: A conquista do posto. O período do SPI entre os Xukuru do Ororubá

Edson Silva¹

Resumo

A partir da década de 1940, a despeito dos questionamentos sobre a identidade e até mesmo sobre a existência de índios em Pesqueira, os Xukuru se mobilizaram para obterem o reconhecimento oficial, como comprovam registros encontrados nos arquivos do SPI. Também em suas memórias orais, os Xukuru narram e fazem suas leituras dos acontecimentos daquela época, em que a conquista, instalação e funcionamento do Posto do SPI, em 1954, na Serra do Ororubá, resultou do protagonismo indígena. A instalação do Posto, com a assistência pelo órgão indigenista estatal, adquiriu um grande significado político: o reconhecimento oficial dos Xukuru que no futuro exigirão o reconhecimento do direito à demarcação definitiva das terras por eles reivindicadas.

Palavras-chave: história indígena; Nordeste; Índios Xukuru; atuação do SPI.

¹ Doutor em História Social pela UNICAMP. É professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em História/UFPE. Leciona História no Centro de Educação/Colégio de Aplicação – UFPE/Campus Recife, e no Curso de Licenciatura Inter-cultural Indígena na UFPE/Campus Caruaru. E-mail: edson.edsilva1@gmail.com

Abstract

From the 1940s, despite questions about the identity and even existence of Indians in Pesqueira, the Xukuru mobilized to obtain official recognition, as evidenced by records found in the archives of SPI. But also in their oral memories and narratives the Xukuru make readings of the events of that period, in which the conquest, installation and operation of the SPI Indian Post in 1954 in the Serra do Ororubá resulted from indigenous leadership. The installation of the Indian Post, with assistance by the national government has acquired great political significance: the official recognition of the Xukuru that in the future will require the recognition of the right to final demarcation of the lands they claimed.

Keywords: indigenous history; Indians of Northeastern Brazil; Xukuru; action of SPI.

Entre o selvagem, o pitoresco, o moderno e o oficial

“Quem são esses xucurus? São índios mesmo? Como vivem? Essas e outras perguntas poderiam ser feitas. E quem as poderia responder com precisão?”. Essas indagações de Augusto Duque, cronista do município de Pesqueira no interior de Pernambuco, estão em um artigo publicado em fins da década de 1940 num jornal do Recife², no qual o autor discorreu sobre uma apresentação dos Xukuru, dançando o Toré, em frente à Catedral de Pesqueira. O conhecido cronista regional demonstrava perplexidade com o “espetáculo”, incomum para uma cidade tão industrializada, onde “mais de três centenas de remanescentes indígenas – xucurus – dançaram o tradicional ‘toré’, defronte da Catedral”.

O evento ocorrera na recepção de Dom Adelmo Machado, aclamado festivamente pela nomeação como novo bispo para a Diocese de Pesqueira. Escreveu Augusto Duque que “os nossos parentes xucurus”

² “Festa dos xucurus”, *Folha da Manhã*, Recife, 24/01/1949, p. 4.

naquele dia trocaram o seu “terreiro tradicional” pelo espaço civilizado da praça em Pesqueira, trazendo uma “telúrica e selvagem mensagem” na recepção ao prelado. Finda a apresentação, os índios retornaram a Cimbres, condecorados com medalhas. Na visão do cronista, que opunha à civilização da cidade a barbárie indígena, era estranha a disparidade cultural naquela região do Agreste. Daí as suas indagações.

O cronista cita, ainda, informações sobre o número de famílias e sobre a situação das terras “xucurus”, produzidas pela Diretoria de Índios e contidas em um relatório de 1861 que foi publicado por uma revista em 1946, e acrescenta: “Hoje os índios são arrazados e pobres. Vestem roupas, casam, tocam zabumbas e pífanos e morrem como o comum matuto de Pesqueira”. Para o cronista, os “xucurus”, em suas mínimas expressões cotidianas, assimilaram hábitos alienígenas e estavam perdendo sua identidade indígena própria e se assemelhando a qualquer habitante regional. Uma perspectiva que, além de pensar a cultura de forma estática, isto é, a existência de uma suposta pureza cultural, estabelecia uma hierarquia evolucionista em relação aos moradores urbanos em Pesqueira, e degradante, quando comparada com os habitantes na área rural do município.

Embora a situação dos índios apresentasse um quadro desolador, segundo o cronista, algumas características conferiam aos “remanescentes xucurus um certo sentimento grupal”, “a persistência de certo caráter tribal”, a exemplo de alguns “hábitos e tradições”, como a devoção a N. Sra. das Montanhas, em Cimbres, uma tradição oral que remetia à pretérita catequese missionária; o “toré”, descrito por Duque como uma dança realizada em conjunto e com “trajes típicos”, nas festas devocionais citadas; e “a guarda de troféus que dizem ter sido da Guerra do Paraguai”, conflito sobre o qual, para o cronista, existiam dúvidas se os índios teriam ido de forma voluntária ou compulsoriamente.

O cronista prometia, em um próximo artigo, discutir mais as características dos “xucurus”, a partir dos estudos sobre os tapuias do Nordeste. Mas, naquele momento, “por enquanto”, para Duque cabia registrar “a pitoresca e rara festa de Pesqueira”. Uma festa que expressara situações díspares: em um espaço moderno, representado pela grandiosidade das fábricas, da urbanização, um “Príncipe” da Igreja fora recepcionado por “remanescentes” indígenas dançando o Toré “ritmado e quente, como um grito telúrico de nossa esdrúxula e inimitável civiliza-

ção”. Para o autor, um considerável acontecimento “sociológico” no Agreste, uma região de fronteiras.

A visão das expressões culturais indígenas como exóticas e pitorescas aparece em outro artigo publicado em 1953. Informava o cronista semanal José de Almeida Maciel, considerado também o historiador de Pesqueira, que “22 caboclos” da Serra do Ororubá tinham se apresentado em um palanque na Praça da Independência, no centro do Recife. Durante os três dias do Carnaval, eles “exibiram a dança do ‘toré’, de movimentos coreográficos não fácil execução”. Segundo o cronista, os índios se apresentaram com a “indumentária apropriada”, para uma plateia repleta que apreciava “pela 1ª vez, a diversão selvagem dos aborígenes, primitivos habitantes do nosso país”. Na viagem ao Recife, os “descendentes dos antigos Xucurus” foram liderados por Antonio Nascimento e a ida à Capital tinha sido patrocinada pelo SPI³ (Serviço de Proteção aos Índios).

Tanto o que publicou Augusto Duque como o escrito por Almeida Maciel sobre os “xucurus” expressava uma visão situada entre o exótico e o pitoresco; entre o primitivo e selvagem, e o civilizado; entre o moderno, e o decadente e ultrapassado. Essa visão revela o pensamento de uma parcela dos formadores de opinião, os intelectuais e a elite de Pesqueira, a respeito dos índios moradores na Serra do Ororubá.

O pesqueirense Augusto Duque era na época um reconhecido advogado⁴ e cronista que publicou vários artigos em jornais e diversos trabalhos jurídicos. Por outro lado, José de Almeida Maciel foi um pesquisador autodidata notável, reconhecido como historiador do município. Nascido em Pesqueira, em 1884, foi um tradicional comerciante, professor municipal, Major da Guarda Nacional, vereador, Vice-Prefeito e Prefeito de Pesqueira e ainda Presidente do Conselho Municipal. Cassado em 1930, foi reeleito vereador em 1947. Cronista que publicou

³ “Caboclos da Ororubá dansaram na capital do Estado”. *A voz de Pesqueira*, Pesqueira, 29/03/1953, p. 1.

⁴ No futuro, torna-se desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O seu nome designa o presídio de Pesqueira.

muitos artigos em jornais locais e da Capital, dedicou-se incansavelmente à pesquisa sobre a história de Cimbres e Pesqueira⁵.

Os cronistas Duque e Maciel, portanto, detinham considerável capital simbólico, uma vez que “o campo de produção erudita” deve ser compreendido “enquanto sistema que produz bens culturais” (Bourdieu 1992:105). Suas opiniões sobre os temas que escreveram eram reconhecidas pelas elites intelectuais e pela sociedade local, pois eles participavam do “sistema das relações constitutivas do campo de produção, de reprodução e de circulação de bens simbólicos” (ibidem). O autor acrescenta que,

Todas as relações que os agentes de produção, de reprodução e de difusão, podem estabelecer entre eles ou com instituições específicas (bem como a relação que mantém com a sua própria obra), são medidas pela estrutura do sistema das relações entre as instâncias com pretensões a exercer uma autoridade cultural (ainda que em nome de princípios de legitimação diferentes). (Bourdieu 1992: 118)

Observa-se, então, que ambos os cronistas eram produtores de informações sobre os índios Xukuru, pois:

A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado estado do campo cultural e, ademais, com a sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração, tal posição implicando numa definição objetiva de sua prática e dos produtos dela derivados. (Bourdieu 1992:154)

Assim, eles influenciavam e influenciaram, como é facilmente verificável, a visão da população municipal sobre os Xukuru. Mas, por outro lado, essas apresentações, vistas de forma pejorativa ou não, significavam

⁵ “Grande perda para Pesqueira.” *Jornal do Commercio*, Recife, 18/05/1957, Crônica da Cidade, p. 6.

além da afirmação da existência Xukuru, uma visibilidade buscada pelos índios em um momento tido por eles como muito importante: a instalação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá, e com isso a conquista do reconhecimento e do direito à assistência oficial, o que poderia lhes garantir o fim ou a atenuação das perseguições dos fazendeiros invasores nas terras do antigo aldeamento.

As relações dos Xukuru com o SPI remontavam a um período anterior daquele mesmo ano, em que o sertanista Cícero Cavalcanti estivera na Serra do Ororubá. Esse funcionário do SPI elaborou um relatório que traz significativas informações sobre os Xukuru. Mesmo tratando os índios como caboclos, além de listar as localidades com moradias indígenas, esse sertanista descreveu brevemente os rituais e algumas expressões culturais indígenas, como o Toré, dançado na festa anual em Cimbres:

O Toré é dançado quando fazem festa de Nossa Senhora da Montanha. Eles reúnem-se e apresentam-se com uns anéis de palha de milho amarrados aos outros, cintura, braços e joelhos e canelas. Na cabeça usam o 'kréagugo' (canitara) feito de palha de coqueiro, que rodeiam com flores. No toré, um caboclo fica de parte tocando gaita, enquanto os outros dançam dois a dois, cada um com um 'ximbo' (cacete) na mão a bater no chão acompanhado com o sapateado que fazem. Às vezes cantam e de vez em quando dão um assobio bastante forte, em sinal de alerta. (Antunes 1973:41)

O sertanista se referiu também à tradicional "busca da lenha" que os Xukuru realizam anualmente, na tarde do dia dos festejos dedicados a N. Sra. das Montanhas.

Na festa de Nossa Senhora da Montanha, cada um tem por obrigação trazer uma acha, que depois vão amontoando para fazer a fogueira em frente da igreja. Para no momento em que estiverem dançando o toré passarem um por um de pés nus em cima das brasas. (Antunes 1973:41)

Em outro trecho do seu relatório, perguntava o sertanista: "E por qual razão se diz que na Serra do Urubá não existem índios?". Afirmava Cavalcanti que as terras habitadas pelos Xukuru eram mais férteis do que

a do vizinho aldeamento em Águas Belas, onde estavam os Fulni-ô, e ainda Tacaratu, onde habitavam os Pankararu. Segundo ainda o sertanista, os “xucurús” mais velhos não falavam mais “seu dialeto”, apenas alguns vocábulos e frases, recorrendo também ao auxílio do português.

Outra informação importante relatada por Cavalcanti foi sobre a situação e uso das terras. Como já foi visto e discutido, para Cícero Cavalcanti, a população na Serra do Ororubá era formada por índios e mamelucos que plantavam, em “terras arrendadas”, o milho e o feijão. O cultivo da mandioca não era permitido pelos invasores das terras do antigo aldeamento. Pelas afirmações do sertanista e diante da situação de acesso às terras, podemos concluir que o cultivo da lavoura da mandioca não interessava aos fazendeiros, que arrendavam as terras por eles invadidas em troca do plantio do capim ou do restolho da colheita da roça para o gado. Muitas vezes os animais eram colocados dentro da área plantada pelos índios, antes mesmo de a colheita ser concluída.

Lembrava, ainda, o sertanista o recrutamento Xukuru para a Guerra do Paraguai e do retorno de ex-combatentes com títulos e honrarias militares, a exemplo do “bravo Manoel Felis”, que vendo as terras invadidas, tinha solicitado providências às autoridades, mas não fora atendido. Afirmava Cícero Cavalcanti que “os brancos” roubaram à carta patente de alferes de Manoel que, “desgostoso”, foi embora para o Ceará, onde falecera. Antes da partida, Manoel deixara seu fardamento com “o índio Romão da Hora Tatarame” que, mesmo guardando-a cuidadosamente, não evitou a ação do tempo sobre a roupa, restando somente “partes da indumentária”.

Como será visto a seguir, os Xukuru têm uma versão divergente para esse episódio que norteou o significado da presença de Cícero Cavalcanti na Serra do Ororubá. Mesmo lida posteriormente como negativa, pelos índios, a estada de Cícero Cavalcanti possivelmente favoreceu os contatos dos moradores na Serra do Ororubá com a agência indigenista estatal.

A visita do sertanista Cícero Cavalcanti: memórias e leituras indígenas

Em suas memórias, os Xukuru detalham e fazem outras leituras da estada do sertanista Cícero Cavalcanti na Serra do Ororubá. Diversos depoimentos citaram que o sertanista se hospedou na casa de ‘Mané Bilinga’, na atual Aldeia Gitó. A exemplo do que relatou ‘Seu’ Cicho Pereira, ao recordar que muitos índios vindos de vários lugares na Serra do Ororubá, inclusive ele próprio, se dirigiram até onde o sertanista se encontrava:

Minha lembrança, meu alcance, parece que 1944 prá 1945. Apareceu aqui aquele Dr. Cícero Cavalcanti, no território... Nesse tempo não se conhecia por aldeia, não sabe? Se conhecia por sítio, viu? No sítio Gitó. E esse homem chamou muita gente atenção em Cana Brava, em Pé de Serra, de Cana Brava de Dentro, de todo canto que existia. Ele dizendo que vinha entregar as terras dos índios; Cícero Cavalcanti. Olha?! E aí, todo dia era gente diariamente em Gitó, era uma festa para o povo, naquela época. E eu, naquela época, tinha um roçado em cima de uma serra, eu trabalhava de bem cedo até onze horas, onze horas eu vinha e almoçava, trocava de roupa e passava, ia pro Gitó, pra essa reunião que tinha lá desse... (Cícero Pereira, Bairro Xucurus, Pesqueira)

Existia uma promessa de devolução das terras aos Xukuru. O que mobilizou muita gente que se dirigiu por vários dias ao encontro de Cavalcanti, na casa de ‘Mané Bilinga’:

Ai foi correndo notícia prá todo canto, prá todo canto na casa de Mané Bilinga, o pai de Milton. Ai o povo começaram a andar prá lá. Começaram a entrar gente de todo mundo, de todo canto. É de Pé-de-Serra, de Cana Brava, Cana Brava de Dentro, é de Afetos. Era da região de Pão de Açúcar, o movimento dessa beira todinha. Pertencia onde era da área indígena todo mundo ia. E o povo foi aos trabalhos. Aparecendo assim essas novidades e os índios sem saber de nada, né? Aí chegou a se saber. Aí foram caminhando, né. Uns avisando uns aos outros, convidando, espalhando a notícia.

Esse homem que se chamava-se Cícero Cavalcanti, ele era da Funai, de Recife. (Cícero Pereira, Bairro Xucurus, Pesqueira)

No local onde estava o sertanista o ambiente era também de festa, com comidas, vendas de bebidas e danças. As pessoas que chegavam se acomodavam para serem atendidos pelo sertanista, que perguntava e fazia anotações, como relatou o mesmo entrevistado:

E o povo chegava lá era um festão na casa de “Seu” Mané Bilinga. Era tocador de pífano, era de zabumba, que eu digo. Era de matar porco, matava porco, só sei que era um festão medonho. Butiquin, tinha de tudo, lá tinha até boate, que o povo... Era um encontro muito grande. O povo se, como é que diz meu Deus? Se hospedando, né? Se hospedando. E então lá dentro da casa de Mané Bilinga tinha duas mesas. Três mesas grandes com aquele povo tomando nota e chegando e ele fazendo, e ele falando com o povo, né, o que ia fazer na aldeia. Aí tomando nota do povo. Pegando nome do povo, aquele antigo e fazendo as perguntas. (Cícero Pereira, Bairro Xucurus, Pesqueira)

Ao tomar conhecimento da mobilização, o Juiz de Pesqueira enviou policiais para prender o sertanista, que, alegando a condição de agente a serviço do Ministério da Agricultura, afirmou que compareceria posteriormente à presença do reclamante. Cavalcanti foi à presença do juiz, acompanhado de um grande contingente, todavia não retornou à Serra:

Aí chegou ao conhecimento do juiz da Cidade de Pesqueira, mandou prendê-lo, né? Mandou uma intimação prá ele, a polícia foi buscar ele. Aí a polícia foi buscar ele. Chegou lá ele disse: “Não, vocês vão embora, que eu vou atrás. Que depois eu compareço lá. Que eu só me entrego ao Ministério da Agricultura, vão lá que eu vou falar com o juiz lá”. E, nesse dia, ele desceu com mais de quase umas oitocentas pessoas, por aí assim, mais ou menos, sabe? Com ele. Quando chegou cá, ele... Eu não sei o que houve com ele, eu sei que esse homem não voltou mais dessa vez. (Cícero Pereira, Bairro Xucurus, Pesqueira)

O sertanista recebera dinheiro dos fazendeiros, “uma maleta de dinheiro”, para ir embora: “Os homens, primeiramente, fizeram uma... uma comissão. Não. Como é que diz meu Deus? Prá tirar dinheiro pra ele, né? E os fazendeiros, ali cada um dava muito dinheiro a ele. Que ele tinha uma maleta de dinheiro. Cheinha. E dessa vez ele foi embora, não pisou mais cá, até hoje” (Cícero Pereira).

O Pajé Xukuru, ‘Seu’ Zequinha, também falou da presença do sertanista Cícero Cavalcanti na Serra do Ororubá. Ele lembrou do encontro festivo em Gitó, para onde foram muitos índios por conta da notícia da ‘desapropriação’ dos fazendeiros. Ele disse ainda que sabedores da mobilização motivada pela presença do sertanista, os fazendeiros se reuniram e juntaram dinheiro para dar a Cícero Cavalcanti. Os índios ficaram sabendo posteriormente que o sertanista recebera o dinheiro dos fazendeiros, tendo sido essa a razão do seu desaparecimento. Reencontrado anos depois pelos Xukuru, na sede da Funai, no Recife, Cícero Cavalcanti foi pressionado e ficou amedrontado. Depois disso, ele desapareceu, sem mais deixar notícias:

A gente soubemos depois. E daqui mesmo ele sumiu-se, sumiu-se até hoje! O Cavalcanti sumiu-se e cabou-se. Cavalcanti. Cabou-se Cícero Cavalcanti. Eu sei que ao passar de muitos tempos, muitos tempos, no tempo de Gilvan que já tava no Posto, foi que foram encontrar com ele no Recife, os meninos, né? Aí foram um bocado de índios para lá e encontraram com ele em Recife. Aí foram conversar com ele. Deram uma prensa nele e o homem quase chora. Ficou com muito medo. E desde desse tempo para cá foi que ninguém soube mais. (Pedro Rodrigues Bispo, Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE)

‘Seu’ Zequinha falou ainda que Cícero Cavalcanti levou objetos índios, que eles haviam recebido pela participação na Guerra do Paraguai. O sertanista levou também documentos recebidos da Princesa Isabel, como recompensa pela participação indígena na Guerra:

Dos índios ele levou uma espada, uma túnica, um quepe que foram dos índios que foram para a Guerra do Paraguai, na época, aí a Princesa deu. E eu acho que dentre desse meio, não só a túnica, mas eu acho que aqueles atestados que a Princesa Isabel deu, eu

acho que ele ficou com um bocado, eu acho que ele levou, eu penso que ele levou! De Romão da Hora, que Romão da Hora tinha um documento por letra de bronze, escrito por letra de bronze. E eu acho que ele levou esse documento. Eu não tenho bem certeza não, desses documentos. Mas, a túnica, o quepe e a espada, ele levou. (Pedro Rodrigues Bispo)

Possivelmente o citado documento com ‘letras de bronze’, estava escrito com letras douradas que, envelhecidas com o passar dos anos, adquiriram uma coloração semelhante ao bronze.

Questionado se conheceu o sertanista, um dos entrevistados mais velhos, ‘Seu’ Gercino, falou do encontro com Cícero Cavalcanti, que reuniu, por vários dias índios na casa de ‘Mané Bilinga’, em Gitó. Eram momentos animados pela dança do Toré. Os índios vinham em casa e depois retornavam a Gitó:

Conheci. Eu lembro dele, quando ele entrou aqui dentro, ele era de Recife, né? Ele quando entrou aqui dentro, inventou esse, um toré lá no Gitó, na casa do finado Mané Bilinga. É o pai de Milton. Bem, nós acompanhava. Dissesse é do índio, acompanhava, podia ser quem fosse. Ele vinha e passava semanas e semanas, lá. Era todo dia. Todo dia, todo dia, não tinha essa história de dizer dia sim, dia não. Era todo dia. Nós ia e brincava o Toré lá. Quando tava com fome vinha s’imbora passar prá casa. Dormia, comia, no outro dia ia pra lá. E assim aturou um bocado de dias. (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra d’Água)

‘Seu’ Gercino lembrou que o sertanista prometia o apoio oficial aos índios, o que era ouvido com entusiasmo pelos presentes. O encontro foi interrompido com a chegada da polícia, que levou Cavalcanti preso para a cidade de Pesqueira: diante da situação, os índios ficaram abatidos. Aguardaram três dias para o retorno do sertanista, que não mais voltou:

O povo ficou tudo desgostoso, sem culpa, tudo idiota. Ai ele desceu, foi pra lá, prá vir no outro dia. No mais era com três dias, até que ele resolvesse os problemas dele. Um dia, resolveu por lá mesmo, abocou... Oxe, nunca mais veio cá! Ninguém nunca mais viu ele! (Gercino Balbino da Silva)

O sertanista levou objetos que estava procurando. Objetos que comprovavam a participação dos Xukuru na Guerra do Paraguai e estavam com uma liderança indígena, como disse seu Gercino: “Oxe, ele fez foi levar o que ele andava atrás. Era a bandeira dali de cima da Pedra dos Reis, a bandeira aqui na... Pegou a espada, a coroa, a farda do finado Romão. Que era o finado Romão era chefe dos índios aqui em cima. A farda, a espada, a coroa, e a bandeira”.

Outro entrevistado recordou que, quando criança seu pai o levou para o encontro com Cícero Cavalcanti, na casa de ‘Mané Bilinga’. O entrevistado falou que testemunhou o momento, ‘bem cedinho’, quando chegaram os policiais para prender o sertanista que ainda estava deitado. Àquela hora da manhã já era grande o número de índios presentes e muitos dançavam o Toré:

Eu era menino, faz uns 50 anos e pouco anos quando Cavalcanti veio e meu pai me levou para Gitó, que ele parou lá. Em uma casa de Mané Bilinga. Me lembro que um dia que eu fui lá um delegado chegou lá, com seis homens, seis soldados, bem cedinho. Ao amanhecer do dia chegou. O homem ainda estava deitado mais o povão estava no terreiro dançando o Toré, tomando café. O fogo aceso, um para aqui, outro para acolá. Era gente! Muita gente!
(Cassiano Dias de Souza, Aldeia Cana Brava)

Diante da tão grande concentração dos índios, o entrevistado comparou a mobilização provocada pelo sertanista como superior à articulação realizada pelo Cacique Xicão. O sertanista entusiasmava pelo seu discurso em apoio ao direito dos índios às terras. Na versão do mesmo entrevistado, a polícia veio procurar Cícero Cavalcanti e depois que ele foi embora, os índios continuaram a festança:

O trabalho dele foi mais forte do que o de Xicão! Ele indicava como era, que a terra era da gente mesmo, era dos índios mesmo. O trabalho muito bonito, mais de uma hora para outra... ainda passou uns seis meses ou mais, depois... Chegou o Delegado lá e disse que queria falar com ele. Ele estava lá dentro. Foram dá o recado a ele, “Diga a ele que entre só. Não entre com a polícia”. Ele entrou só. Entrou lá para dentro foi conversar mais ele, não sei o quê porque ninguém ia. Ligeiro o Delegado saiu foi s’imbora

com a tropa e a gente fiquemos na farra, lá na brincadeira.
(Cassiano Dias de Souza)

Nas memórias da infância, ‘Seu’ Cassiano lembrou dos objetos entregues a Cícero Cavalcanti, que exigiu também “documentos da terra”. Depois da partida do sertanista, os índios, temerosos das Perseguições dos fazendeiros se desmobilizaram. A organização só foi retomada anos mais tarde, com a liderança do Cacique Xicão:

Eu era pequeno, um menino. Me lembro de tudo! Eu ainda vi a espada, vi farda, vi o quépe... Nesse tempo não era mais Romão da Hora, já era Luis Romão o filho que estava com ele. E ele entregou tudo a Cavalcanti que lhe exigiu. Ele exigiu os documentos da terra. Todos, ele levou! Tudo não ficou nada! Quando foi s’imbora parou de vez. Os cabôcos gelaram tudo, quem era doido falar, para entrar no couro?! Se falasse era perseguido. Os cabôcos ficaram quietos... Depois que o homem foi s’imbora o povo daqui gelaram. Não ia mais. Ver o quê lá? Se fosse era perseguido mesmo. Ficou todo mundo quieto. Agora depois de Xicão foi que o povo se animaram mais. Porque Xicão saiu domesticando, ajeitando e o povo acompanhava bem. (Cassiano Dias de Souza)

O filho do dono da casa, que abrigou Cícero Cavalcanti e os índios que iam ao seu encontro na época, ainda não era nascido, mas escutou do seu pai sobre a estada do sertanista. ‘Seu’ Milton ouviu que Cavalcanti prometia a devolução das terras aos índios, que festejavam, trazendo comida para partilha e dançando o Toré. Uma fotografia teria registrado o encontro:

Na época que Cícero Cavalcanti esteve lá eu não era nascido, porque ele veio pra lá no ano de 44, viu? E eu sou de 47, três anos depois. Mas meu pai contava. Ele veio, e veio prá lá e ele dizia aos índios que ia entregar as terras de volta aos índios, né? Aí ficou lá na casa de meu pai. Lá tinha as festas que ainda hoje aquele Zé de Ismael. Ele tem um retrato que foi tirado lá da casa, quando esse retrato deveria ser meu, nera? Aí, ele dizia que ia entregar as terras pra os índios. Ele ficou lá junto com meu pai. E fazia festa. O pessoal era assim, cada índio trazia uma coisa: uns trazia bode, outros traziam galinhas, outros trazia farinha. Aí eles faziam festas,

dançava o toré, onde até tiraram esse retrato. (Milton Rodrigues Cordeiro, Aldeia Gitó)

O pai de 'Seu' Milton acompanhou o sertanista até a estação ferroviária em Pesqueira e testemunhou que um dos fazendeiros entregou a Cavalcanti uma mala cheia de dinheiro, razão pela qual o sertanista não mais voltou à Serra do Ororubá:

Pai disse que quando ele foi prá ir pra o Recife embora, aí meu pai falou que ele ia. Meu pai acompanhou ele. Nesse tempo não existia transporte, era só trem mesmo. Aí meu pai foi com ele levá-lo na estação, e lá ele pegou o trem. Aí meu pai disse quando viu, quando chegou um desse Bezerra, parece que era Andrezinho Bezerra, sabe? Entregou a malinha a ele, mesmo assim, sabe? Entregou a mala, entregou a chave. Aí meu pai falou quando ele chegou abriu assim, e só olhou, né? Aí meu pai disse que brechou. Aí viu que tava cheia de dinheiro aquela malinha. E dessa época Cavalcanti não apareceu mais. (Milton Rodrigues Cordeiro)

O sertanista escreveu a 'Mané Bilinga', convidando-o para ir morar com ele, pois tinha dinheiro suficiente para viverem. A proposta foi recusada, pois, para o pai de 'Seu' Milton, o dinheiro ganho pelo sertanista não fora de forma lícita:

Era o Cícero Cavalcanti. Aí mandou... Depois mandou uma carta pra meu pai, que fosse morar com ele. Que o que ele tinha arrumado dava pra eles viver. Aí meu pai não aceitou, porque meu pai disse se ele tinha ficado rico, tinha esse dinheiro mais não era... Não tinha sido ganho, sabe? Tinha sido uma coisa assim que... quase um tipo de uma... um roubo por exemplo, né? Porque ele não tinha ganhado esse dinheiro com suor. Aí meu pai chegou e não foi não; aí desse tempo não se encontrou mais ele não. (Milton Rodrigues Cordeiro)

Na casa de 'Mané Bilinga', o sertanista prometera as terras aos índios, que vinham de diferentes localidades na Serra do Ororubá. O próprio pai de 'Seu' Milton possuía um pequeno pedaço de terras:

E meu pai dizia que era pra entregar as terras pros índios. Vinha índio de Cana Brava, vinha índio de Cimbres, vinha índio dali de São José, Caípe, Brejinho, Tionante, todo esse pessoal vinha pra lá. Meu pai tinha um pouquinho de terra, pouquinho; é três hectares e meio, a terra do meu pai. (Milton Rodrigues Cordeiro)

Conforme a maioria dos depoimentos Xukuru, o sertanista Cícero Cavalcanti, além de ter levado objetos e documentos comprobatórios da participação dos indígenas na Guerra do Paraguai, aceitou ser subornado por fazendeiros, que agiram em comum acordo com as autoridades de Pesqueira, e assim encerraram a mobilização indígena provocada pela presença do sertanista na Serra do Ororubá.

Atendendo a Nicácio Alves Feitosa e Vicente José Maceno, que reclamaram a apropriação de documentos por Cícero Cavalcanti, no início de 1950, a chefia da IR4 do SPI, sediada no Recife, solicitava ao auxiliar-sertão, então trabalhando no Pará, a devolução dos documentos que “injustificavelmente” estavam em seu poder. Tratava-se de um registro de “baixa do ex-combatente” da Guerra do Paraguai do primeiro “índio” reclamante, juntamente como o título de propriedade da Fazenda Pau-Ferro, “do índio Xukuru” José Antônio, que era requerido por seu filho, o segundo reclamante. Por meio da instauração de um processo, a IR4 apurou que os documentos foram levados pelo sertanista, na época em que ele exercera “suas atividades na Serra de Cimbres em Pesqueira”. A urgência na devolução se justificava pela demarcação de terras limítrofes à citada Fazenda, e que o índio José Antonio e seus herdeiros necessitavam comprovar judicialmente seus direitos⁶.

Os primeiros contatos com o SPI

Na documentação do SPI, disponível no Museu do Índio/RJ, encontram-se registros dos anos 1945-1954 sobre as relações entre os índios na Serra do Ororubá e a IR4. São vários recibos de ‘auxílios’ e ‘gratificações’, a maioria em nome do ‘índio’ Luis Romão e mais alguns

⁶ Ofício nº 6 da IR4, em 23/01/1950, para a IR/SPI Belém-PA. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 179, fotograma 0013.

outros índios 'Xucurus'. Os pagamentos se referem às passagens ferroviárias de Recife a Pesqueira, a custos com alimentação: 'jantares' e 'almoços', 'auxílio para casamento de duas filhas' de um índio Xukuru e ainda 'despesas miúdas' não especificadas, a exemplo do que foi destinado em 1946 aos índios 'Xucurus' Estanislau Caetano, Antonio Caetano, Felix Caetano e João da Hora⁷. Esses índios serão personagens importantes na mobilização Xukuru pelo reconhecimento oficial, no início dos anos 1950.

Entre os fins de 1949 e os primeiros anos da década de 1950 se intensificaram as relações entre os Xukuru e o SPI. Do Recife, a IR4 despachou, em nome do índio Luiz Romão, caixas com enxadas para serem destinadas aos índios 'Xucurus'. Em uma relação elaborada em 08/08/1949, aparecem os nomes completos de cada um dos que receberam uma ferramenta agrícola.

A distribuição das enxadas foi realizada por um funcionário especial do SPI, o que podia caracterizar uma relação específica com um grupo indígena ainda não reconhecido oficialmente. Identificamos, na relação, vários sobrenomes de atuais famílias moradoras em diferentes localidades na Serra do Ororubá, a exemplo dos Pereira de Araújo, família da qual provém o cacicado Xukuru, habitantes na Aldeia Cana Brava.

Em meados de 1951, um grupo de catorze índios teve a alimentação custeada quando vieram ao Recife solicitar à IR4 sementes para plantio na 'aldeia na Vila de Cimbres'⁸. Na mesma época, o índio Orestes Elói, 'da tribo Xucuru', que era doente mental, foi internado, a pedido da IR4, no Hospital Pedro II⁹, também no Recife. Meses depois, a Inspeção Regional pagava o valor correspondente a 105 diárias do internamento¹⁰. A presença de índios Xukuru, inclusive com suas famílias na sede da IR4, no Recife, foi constante nos anos 1951 e 1952, como

⁷ Relação de despesas miúdas nos meses de julho a dezembro de 1946. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 179, fot. 0010.

⁸ Recibo de CR\$ 140,00, em 25/06/1951. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 2028.

⁹ Ofício 55 da IR4, em 5/05/1951, para o Diretor do Hospital Pedro II. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 1997.

¹⁰ Recibo, em 31/12/1951. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 2066.

comprovam vários recibos pagos pela compra de passagens de trem. Dentre os citados, aparece o nome de Antero Pereira Araújo, que viria a ser, mais tarde, cacique Xukuru¹¹.

Para colaborar com a campanha de produção agrícola promovida pela Secretaria Estadual de Agricultura e por ser época das chuvas, o chefe da IR4 solicitou ao órgão estadual enxadas, foices, machados e outras ferramentas agrícolas, além de sementes de milho, feijão e algodão. O pedido seria entregue ao índio Luiz Romão de Siqueira que, em 1952, “chefia os remanescentes da tribo Xucuru que habitam na Vila de Cimbres e adjacências”¹². O Inspetor Regional do SPI compreendia os ‘remanescentes Xucuru como trabalhadores a serem incorporados no processo da produção agrícola rural.

A IR4 também prestou assistência em questões mais específicas, a exemplo do pagamento das passagens de Luiz Romão de Siqueira, que veio ao Recife apresentar ao Juiz de Direito a sua filha, que fora deflorada¹³. Não foram localizadas mais informações sobre esse caso. Em 1953, a IR4 enviou um inspetor do SPI para acompanhar Jardelino Pereira de Araújo, futuro cacique Xukuru, para levar gêneros alimentícios destinados aos índios ‘flagelados’ da seca na Serra do Ororubá e na Serra do Umã, onde habitavam os Aticum¹⁴.

A situação de fome provocada pela seca prolongada que assolava o Agreste e o Sertão nordestino motivou, em 1953, a vinda de vinte índios ‘Xucuru’ à sede da IR4, no Recife, que distribuiu apenas ferramentas

¹¹ Recibo de passagens Central-Recife/Pesqueira para índios Xukuru José Pereira, sua mulher Minervina Pereira e um filho de 6 anos de idade, de regresso a sua aldeia na Vila de Cimbres. Em 09/06/1951. Museu do Índio, mic. 187, fot. 1923; Recibo de uma passagem Recife/Pesqueira para o índio Antero Pereira de Araújo que viajou de regresso ao seu ‘aldeamento’. Em 7/12/1951. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 187, fot. 1943.

¹² Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 31/03/1952, para o Secretário de Agricultura de Pernambuco. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 2198.

¹³ “Recibo de 02 passagens 1ª classe para o índio Luiz Romão de Siqueira e sua filha”. Em 13/09/1952. RJ/Museu do Índio/Sedoc, microfilm 182, fot. 2091.

¹⁴ Telegramas da IR4, em 3/3/1953, para o SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 114.

agrícolas para os flagelados, isso porque a Inspetoria Regional não dispunha de recursos financeiros e apelava para a Diretoria do SPI no Rio de Janeiro¹⁵. Podemos ver a iniciativa da IR4, naquele momento, como questionável, pois na falta de chuvas que garantissem o plantio e sem comida de que adiantavam as ferramentas? Uma ação efetiva ocorreu somente meses depois, possivelmente já na estação das chuvas, quando foram enviados pela IR4, para a Serra do Ororubá, quinze sacos de sementes de feijão, uma doação da Secretaria Estadual de Agricultura¹⁶.

Uma breve análise das relações entre o SPI e os índios Xukuru, nesse período, demonstra que, apesar de intensas, em sua grande maioria, se destinavam ao atendimento de situações assistenciais individuais. Quando foi necessária uma ação mais coletiva, a IR apelou para a ajuda de terceiros, como a Secretaria Estadual de Agricultura, ou não conseguiu responder à demanda indígena, a exemplo do socorro no período da seca, por falta de recursos. As sucessivas solicitações de recursos à Diretoria do SPI/RJ, para atender o Posto Indígena Xukuru, foram constantemente registradas na documentação da Inspetoria Regional relacionada àquele Posto.

Por outro lado, observam-se as contínuas iniciativas Xukuru de procurar a IR4, no Recife, para solucionar desde questões pessoais, algumas citadas anteriormente, pedidos de recursos para custear casamentos, internação de doentes, apoio no caso de defloramento de uma índia, até as necessidades coletivas; como ferramentas agrícolas ou os pedidos de socorro devido à situação da seca. Em todos esses casos, os Xukuru buscaram soluções para dificuldades e problemas que não podiam resolver, devido à difícil situação em que viviam. O apoio oficial e formal do SPI possibilitaria melhores condições de vida. Todavia, isso não ocorreu, como está registrado na documentação e também nas memórias orais indígenas (Silva 2008).

A calamidade provocada pela seca possivelmente foi a motivação mais emergente para o chefe da IR4 enviar, anexo a um ofício, em 1953, à Diretoria do SPI/RJ, “um memorial sobre a fundação do Posto

¹⁵ Telegrama da IR4, em 18/2/1953, para o SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 117.

¹⁶ Telegrama da IR4, em 16/7/1953, para o SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 116.

Xukuru”. O representante regional da agência indigenista oficial conseguiu o apoio do clero católico romano em Pesqueira, inclusive do Pe. Olímpio Torres, citado como conhecedor privilegiado das necessidades dos “pobres descendentes dos Xucuru da Serra do Ororubá”, e assinou o documento para a criação do Posto. O teor do referido ofício expressa uma visão vitimizadora sobre os índios, tidos como “espoliados e famintos, sem proteção e já quase sem terra” e ainda chamados “infelizes habitantes dos territórios encravados na histórica Vila de Cimbres e nas circunvizinhanças de Pesqueira”¹⁷. Era solicitada, a exemplo do ocorrido em Palmeira dos Índios (AL), a aprovação para a fundação de um posto do SPI entre os Xukuru, com a transferência de um funcionário então trabalhando no Posto Aticum, para o novo posto a ser instalado. Inicialmente seria admitida uma professora paga com a verba “Auxílio aos Índios” ou “Renda Indígena”, e depois um Auxiliar de Sertão e um Aprendiz Índio.

Foi também anexado ao ofício, um documento com informações retiradas de antigos livros do Arquivo Público de Pernambuco, comprovando a existência dos “índios Xucuru” e a “imprescindível necessidade da criação de um Posto”. Era proposta “Cana Braba” como lugar para a sua instalação. Esse local foi escolhido por ser “estratégico”, uma vez que nele ainda moravam índios em suas terras, cercadas por “proprietários gananciosos, donos atuais das terras que já pertenceram por todos os títulos aos índios Xucuru”¹⁸. Assim, o Chefe da IR4 reconhecia as pressões dos fazendeiros sobre os índios e que o SPI poderia favorecer os Xukuru frente aos conflitos.

No ano seguinte, o Chefe da IR4, Raimundo Dantas Carneiro, solicitava por telegrama à Diretoria do SPI/RJ, “dez mil cruzeiros” para as despesas iniciais com o “Posto Xucuru”¹⁹. Ao mesmo tempo, em outro telegrama, Carneiro pedia autorização para viajar à Aldeia Cana-

¹⁷ Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4/SPI, em 23/09/1953, para Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 150.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Telegrama de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 26/03/1954, para Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 186.

brava, onde providenciaria as instalações do referido Posto²⁰. Nos primeiros meses de 1954, a criação do Posto Xukuru era um assunto tratado de forma sigilosa, pois ainda não existiam verbas disponíveis para a instalação, embora fosse informada a transferência do auxiliar de sertão Vital de Oliveira da Silva Melo do posto indígena em Tacaratu-PE, entre os Pankararu, para o novo posto, a ser criado na Serra do Ororubá. O funcionário transferido receberia um aumento de salário e acumularia a função de auxiliar de ensino. Informava ainda o Chefe da IR4 que o novo posto seria instalado nas proximidades de Pesqueira²¹. Diferentemente do que fora planejado e possivelmente comunicado aos Xukuru, a definição da nova localização para o Posto, como será visto, foi motivo para um contínuo conflito entre os índios.

Dias depois, ainda no mesmo mês, era tratada a indicação de outro funcionário, o Agente José Brasileiro da Silva, um antigo e experiente servidor do SPI, entre as providências preliminares para a instalação do Posto Xukuru²². Em agosto daquele mesmo ano, a chefia da IR4 comunicava ao SPI/RJ que o orçamento destinado à Inspetoria Regional foi insuficiente para a construção da sede e três casas do Posto Xukuru. Por esse motivo, eram solicitados mais recursos para a execução do planejado para aquele ano²³.

O Pe. Olímpio Torres foi escolhido pela Chefia da IR4 para acompanhar a instalação do Posto Xukuru, que estava sendo construído no “aldeamento São José”, região da Serra do Ororubá, mais próxima da área urbana de Pesqueira. O funcionário Vital Pereira deveria procurar o religioso, no Seminário de Pesqueira, para receber orientações sobre a

²⁰ Telegrama de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 26/03/1954, para Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 187.

²¹ Memorando, de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 05/04/1954 para Coriolano Mendonça, Chefe de Posto em Tacaratu/PE. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 181, fot. 703/704.

²² Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 24/04/1954, para a Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 215.

²³ Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 07/08/1954, para a Diretoria do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 226.

residência em uma das três casas construídas no Posto²⁴. Ao sacerdote foi enviado posteriormente dinheiro destinado a Vital. Por caminhão foi remetido um caixão com material escolar²⁵. Apenas um ano depois da instalação do Posto Xukuru, Raimundo Carneiro determinava a Vital que evitasse a ida de índios à sede da IR4, pois esta se encontrava totalmente sem recursos²⁶.

O Chefe da IR4 informava, em 1955, à Diretoria do SPI/RJ, a existência de 800 hectares de terras em Pedra D'Água, cedidos pela Prefeitura de Pesqueira ao Governo Federal, que mantinha um posto de fomento agrícola no local. O Inspetor Regional do SPI, diante da falta de terras, propunha a aquisição da área, para patrimônio do Posto recém-fundado. Para Raimundo Carneiro, uma ação judicial objetivando a devolução das terras, comprovadas documentalmente como originalmente pertencentes aos Xukuru, além de dispendiosa, seria demorada e com resultados duvidosos; caberia ao SPI um acordo com o outro órgão federal, para “localizar os índios mais pobres que vivem espalhados, por diversos lugares adjacentes e sem terras para trabalhar”²⁷.

A IR4 evitava, portanto, um confronto com os fazendeiros, tradicionais esbulhadores das terras do antigo aldeamento de Cimbres. A cessão de terras em domínio federal para os índios, como ocorrera no Posto Pe. Alfredo Dâmaso, em Porto Real do Colégio, onde moravam os Kariri, era uma solução pacífica ainda que contemplasse as necessidades do considerável contingente de Xukuru sem terras na Serra do Ororubá.

²⁴ Telegrama de Raimundo Dantas Carneiro, em 20/11/1954, para Coriolano Mendonça. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 181, fot. 711.

²⁵ Memorando de Raimundo Dantas Carneiro, em 27/01/1955, para o Auxiliar de Ensino do SPI Vital Pereira da Silva Melo. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 181, fot. 308.

²⁶ Memorando de Raimundo Dantas Carneiro, em 16/02/1955, para o Auxiliar de Ensino do SPI Vital Pereira da Silva Melo. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 181, fot. 309.

²⁷ Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, em 17/02/1955, para Diretoria SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 237.

A partir dos anos 1940 e durante a década de 1950, o SPI ampliou sua atuação no Nordeste, com a criação de novos postos, atendendo uma demanda de vários grupos étnicos reivindicando o reconhecimento oficial e terras. Os agentes da IR4, para justificar as instalações dos Postos do SPI, realizavam pesquisas documentais em arquivos e bibliotecas, objetivando comprovar que os grupos indígenas ocupavam historicamente terras de antigos aldeamentos. Na lógica do SPI, o órgão se apresentava como redentor dos últimos remanescentes indígenas que eram vistos como vitimizados e indefesos, e que precisavam ser protegidos e assistidos (Peres 1992:108-9), para tornar possível uma convivência pacífica com os civilizados.

A conquista do Posto: a viagem a pé ao Rio de Janeiro para falar com Rondon

Em seus relatos das memórias orais, os Xukuru do Ororubá falam que a instalação do Posto do SPI resultou da mobilização indígena. Diversas narrativas contam a viagem dos irmãos Nascimento ao Rio de Janeiro, para falar com o Marechal Rondon e com o Presidente Vargas. A procura dessas autoridades foi motivada pela busca do direito às pensões para familiares de ex-combatentes da Guerra do Paraguai. Portanto, os Xukuru foram procurar Rondon e Vargas na condição de índios que tiveram antepassados recrutados para aquele conflito na Região do Prata.

Moradora na Aldeia Brejinho, uma das localidades, na Serra do Ororubá, de onde saíram combatentes para a Guerra do Paraguai, Dona Lica relatou o ouvido de seus antepassados sobre a viagem que os irmãos Nascimento fizeram a pé, ao Rio de Janeiro. A entrevistada confundiu o Rio, então capital federal, onde estava sediado o SPI, com Brasília, onde funciona a administração central da Funai, a atual agência indigenista oficial:

Eu vou contar o que já os avós de Romão da Hora, Félix Nascimento, que era tudo família da gente, Stende, Joãozinho... Eles não foram para a Guerra. Foram os bisavós deles que foram para essa Guerra. Agora essa área que não tinha nada de benefício para o índio, eles foram adquirir em Brasília. Eu me lembro como

hoje, foi Romão da Hora, Félix Nascimento, Stendi e Antonio Nascimento. Eles foram, passaram muito tempo. Foram de pés. Andaram de pés. (Maria Alves Feitosa de Araújo, Aldeia Brejinho)

No relato do que ouviu, a entrevistada citou as matas da Amazônia, embora se tratando de uma trajetória do Nordeste para o Sudeste, no início da década de 1950, compreenda-se possivelmente se tratar de trechos da Mata Atlântica. A viagem foi contada como uma grande aventura, uma saga, na qual os viajantes, sem comida, recorreram ao que encontraram para se alimentar: caça, répteis e frutas silvestres, correndo risco de envenenamento. Durante seis meses, enfrentaram muitos Perigos. A viagem era contada para muitos ouvintes, em Brejinho. Os irmãos Nascimento foram ao Rio de Janeiro para solicitar a instalação do Posto, a construção de uma igreja e uma escola:

Dormiram muitas noites nas matas da Amazônia. Eles falando, nós ouvindo. Dormiram muito com fome, o que eles comiam no caminho era, matava cobra, comeram cobra, comeram calango, passaram, comiam fruta do mato, quase que morria! Envenenado dos frutos que eles comiam que não deveria comer. Porque não tem frutas que mata? Que cura e mata! Para dormir de noite nas matas da Amazônia. Eu ouvi Mané Gamela contando essas histórias muitas vezes em Brejinho. Disse que de noite, as jibóias, as onças esturravam. Eles em cima dos olhos do pau para conseguir descobrir, para vir o Posto, para vir a igreja, para vir o grupo. E eles foram e vieram. Não passaram seis meses, eu me lembro como hoje. (Maria Alves Feitosa de Araújo)

A entrevistada estudava na escola em funcionamento na casa do líder de Brejinho e foi naquele ambiente que ela ouviu os relatos sobre a viagem dos irmãos Nascimento ao Rio de Janeiro, contada como uma grande saga, enfatizando as dificuldades e o fato dos viajantes terem ido a pé, de navio, de carona:

Eu estudava, a escola era na casa de Romão da Hora. Eles foram. Para eles chegar, eles foram de pé, com fome para Brasília. A água que eles bebia, que eles chegou aquela turmazinha de índios descalços, nus, só tinha grude! Quando eles foram para Brasília, eles a água que eles bebiam no caminho, era a água de macambira. No caminho não, nas matas. Eles

iam por dentro das matas! Enfrentaram navios, enfrentaram de pé, enfrentaram de carro dando carona. Mas eles sofreram mais de pés, nas matas. (Maria Alves Feitosa de Araújo)

Ao ser reconstruída, a memória toma emprestado dados mais recentes (Halbwachs 2004:75-6); nesse sentido, lembrando e relatando a viagem dos irmãos Nascimento, a entrevistada se referiu a Brasília, ao invés do Rio de Janeiro, como a capital federal, onde, na época, estava a sede do SPI. A entrevistada estabeleceu ainda relações com o período da Guerra do Paraguai, ao dizer “no palácio da princesa”, referindo-se à Princesa Isabel. Em outros relatos, os Xukuru afirmam que os Nascimento estiveram no Palácio do Catete com o Presidente Getúlio Vargas.

No encontro com as autoridades governamentais, os irmãos Nascimento relataram a história ouvida dos seus antepassados sobre a participação na Guerra do Paraguai, tendo assim o reconhecimento de seus direitos às terras do antigo aldeamento. Foram mandados de volta trazendo, como conquista a instalação de uma igreja, uma escola e o Posto do SPI. Nessa época, Romão da Hora era o líder Xukuru:

Aí quando chegaram em Brasília, que chegaram no centro, no palácio da princesa, eles contaram a história, contaram todo o detalhe da história, dos avós, dos tataravós do outro tempo que ele não conhecia mais. Aí quando chegaram lá não faltaram nada para eles! Mandaram trazer eles de volta, em casa. Aí eles trouxeram, que deram em Brasília a princesa. Eles deram, a princesa deu o papel da terra, porque não foi eles que venceram a Guerra do Paraguai, foi os bisavós e avós deles. Que eles venceram, eles contaram os detalhes da história todinha. Aí eles deram para eles, para o Romão da Hora que era mais sabido, que sabia ler, deu a batina, deram o cacete. Eles trouxeram, vieram trazer na casa de Romão da Hora, deram o livro para celebrar Missa. Que eles foram pedir! Que nada disso existia. As crianças estudava nas casas. Então nisso o engenheiro, eles fizeram o 1º grupo, fizeram em São José. Foi pedido de Romão da Hora, Stendi e Félix e que eram meus tios, o pai daquele Zezinho. Aí vieram, fizeram aquele Posto. (Maria Alves Feitosa de Araújo)

Outro entrevistado ainda falou sobre a viagem de três índios para o Rio de Janeiro. ‘Seu’ Gercino também enfatizou que eles foram ‘de

pés'. A viagem ocorreu em razão das pressões dos fazendeiros, e o percurso foi longo e por meses, quando os viajantes sem nenhum dinheiro procuravam sobreviver arranjando trabalho por onde passavam. Chegando ao Rio de Janeiro, foram recebidos pela autoridade oficial e, depois de explicarem o motivo da viagem, foram atendidos nas reivindicações para a construção de uma escola e a instalação do Posto do SPI:

Antonio parece que José. Sei que foi três. Foram pro Rio de Janeiro. Foram a pés. Foi quando começou aqui, foi os fazendeiros apertar com nós aqui em cima, foi nessa época que eles foram. Três, tomaram destino e foram. De a pés. Ai é que eu digo que é rojão, e coragem! Foram andando, sem dinheiro, sem nada, aonde achavam um servicinho trabaiaava, ganhava aquele dinheirinho, fazia aquela coisinha de ir comendo e furaram um... Eu até ouvi dizer de quantos meses foi que eles gastaram daqui pra lá, porque eu não tô lembrado... Ai, chegaram no Rio de Janeiro, se representaram ai, o grandão de lá, o governador, passou a mão por cima. Ai eles foram espricaram a que tinha ido, o que é que iam atrás, e arrumar pra dentro da aldeia, não sei o que, coisa e tal, aí deram cobertura. Quando eles vieram, eles trouxeram a escritura desse grupo que tem hoje, na aldeia. Esses Posto, o primeiro Posto que eles levantaram aqui foi aquele ali de São José... (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra d' Água)

Entre os Xukuru encontramos outros relatos sobre essa viagem ao Rio de Janeiro. Questionado sobre o que ouviu falar a respeito dos irmãos Nascimento, o Pajé Xukuru afirmou,

Dos Nascimentos foi quando, no tempo de Getúlio Vargas, aí eles foram para o Rio de Janeiro, pedir, pedir proteção nessa época. Foi uns dez, não tenho bem lembranças, foram a pé. Zé de Paulo conta, conta bem, quantos foram e quantos demoraram. Zé de Paulo é da família deles, mora em Pedra D'Água. Ele morava em Brejinho, mas agora tá morando em Pedra D'Água. Ele conta bem. (Pedro Rodrigues Bispo, "Seu" Zequinha, Bairro Portal, Pesqueira/PE)

Além de lembrar os nomes dos índios xukurus que viajaram ao Rio de Janeiro, um morador na Aldeia Caípe, 'Seu' Malaquias, também

ênfatiou que eles foram de pés. A razão da viagem foi a situação das terras em que viviam os índios. A Bandeira do Brasil hasteada em Brejinho, uma possível referência à escola, representava a conquista do reconhecimento oficial:

Antonio Nascimento, Félix Nascimento, Stênio Nascimento. Eu vou dizer uma coisa, foram mais de pés! Passaram três anos lá rodando! Veio uma bandeira, botaram na Aldeia e eles entraram, quatro: Stende, Félix e Antônio... Eles foram de pés para o Rio de Janeiro, por essa questão da Serra do Ororubá, quando botaram a bandeira ao no Brejinho. (Malaquias Figueira Ramos, Aldeia Cáipe)

A passagem pelo Rio São Francisco foi realizada de barca, para continuarem a viagem novamente a pé. Mas a volta, providenciada pelo Presidente, foi de navio até o Recife e de lá até Pesqueira o percurso foi outra vez a pé:

Bem certo eu sei dos três. Quando chegaram no rio de Paulo Afonso, atravessaram na barca e entraram de pé. Eles passaram três anos rodando nesse meio de mundo de pé! Tirando a barca do Rio de São Francisco eles não pegaram outro transporte. Agora para vir, o Presidente botou eles no navio, eles vieram de navio. Para vir! Mas para ir, foi de pé. Vieram de navio até Recife e para Pesqueira de pé também. (Malaquias Figueira Ramos)

Questionado se conhecia a história narrada sobre a viagem dos irmãos Nascimento, um outro entrevistado lembrou que um deles recebia uma pensão do Exército. O entrevistado também ênfatiou o percurso feito a pés pelos irmãos, até o Rio de Janeiro:

Os Nascimento tudo ali. Brejinho é vizinho de Gitó. Eu conheço tudo lá. Antonio Nascimento recebia um troquinho do Exército. Ouvi que os índios foram a pé para o Rio de Janeiro. Foram! Foram a pés! Ouvi falar. Eu sei que viajou uns índios para o Rio de Janeiro, foram a pés! (José Gonçalves da Silva, Zé Cioba, Bairro Porta/Pesqueira)

O percurso dos índios Xukuru para o Rio de Janeiro possivelmente foi o mesmo roteiro de muitos retirantes da seca no Nordeste que

se dirigiam ao Sudeste, como descreveu Jorge Amado (Amado, 1977) no romance *Seara vermelha*, publicado em 1946. Os viajantes iam de pés até Petrolina/Juazeiro, na divisa entre Pernambuco e Bahia, seguindo nas grandes barcas que desciam pelo Rio São Francisco para Pirapora-MG. De lá, os passageiros se deslocavam até São Paulo ou, no caso dos xukurus, para a Capital Federal.

A presença dos irmãos Caetano Nascimento no Rio de Janeiro foi registrada na documentação do SPI. Estiveram na Capital Federal Estanislau Caetano, Antonio Caetano e Félix Caetano, no início de 1954. E voltaram para o Recife com a recomendação de serem atendidos pela IR4 em suas reivindicações de recursos. Respondendo a uma consulta da Diretoria do SPI no Rio de Janeiro, o Diretor da IR4 confirmava a situação de perseguições vivenciada pelos índios Xukuru e as pressões por parte dos fazendeiros. Lembrava o Diretor da IR4 um documento enviado no ano anterior, propondo a criação de um Posto do SPI na Serra do Ororubá.²⁸ Como será visto, o Posto foi instalado em fins de 1954 e a sua fundação ocorreu, em grande parte, em razão da mobilização dos índios.

Para os indígenas no Nordeste, o reconhecimento oficial implicava a conquista da instalação de um Posto do SPI, significando a garantia da presença, assistência e possibilidades de proteção governamental frente à situação de permanente conflito e desmandos praticados pelos fazendeiros e pelas oligarquias políticas locais contra os grupos indígenas. Essa mobilização pelo reconhecimento contou com o apoio de mediadores entre os indígenas e o Estado, a exemplo do Pe. Alfredo Dâmaso que, no início dos anos 1920, intermediou a instalação de um Posto do SPI em Águas Belas, onde habitavam os Carijós/Fulni-ô.

O religioso esteve por várias vezes no Rio de Janeiro, denunciando a situação em que viviam os índios e buscando apoio para o grupo indígena em Águas Belas. Em 2 de abril de 1931, ele escreveu uma indignada carta-resposta a um jornal carioca, em defesa do SPI. A longa carta, escrita em Campos de Anadia (AL), onde, então, Pe. Alfredo era vigário, foi publicada com o título “Pelos índios. O Serviço de Proteção aos Índios e a Tribu dos Carijós no sertão de Pernambuco”, em *O Jornal de*

²⁸ Ofício de Raimundo Dantas Carneiro, Diretor da IR4, em 04/02/1954, para o Diretor do SPI/RJ. Museu do Índio/Sedoc, microfilme 182, fot. 209.

28/04/1931, e no *Jornal do Commercio*, de 30/04/1931, ambos do Rio de Janeiro. O religioso reagia a um artigo acusatório, publicado em forma de editorial, em 03/03/1931, no jornal *A Noite*, que afirmava ocorrerem escravidão e maus tratos contra os índios nos Postos do SPI.

Em sua defesa do órgão indigenista oficial, Pe. Alfredo lembrou que, em 1921, estivera no Rio de Janeiro, como “porta-voz das queixas e dos gemidos de 500 infelizes patrícios – os Índios Carijós”, então Perseguidos, que tiveram suas “miseras choças cobertas de sapê e casca de árvores” incendiadas e foram assassinados pelos invasores de suas terras. O religioso afirmava que fora ao Rio procurar o órgão indigenista oficial, contava ter sido bem recebido, e que resultara dessa viagem a instalação de um Posto do SPI, que funcionava desde 1924, no Aldeamento do Ipanema, em Águas Belas. Segundo o sacerdote, com o Posto, “as terras voltaram ao domínio da tribo!”, cessaram as perseguições e, além disso, novas “casinhas bem acabadas” foram construídas bem como uma escola e um hospital.

Os Dâmaso eram uma família tradicional na Zona da Mata de Alagoas, proprietários de uma fazenda (engenho) de cana-de-açúcar chamada “Cariri”, localizada em uma região para onde se deslocavam contingentes de índios moradores nos municípios próximos de Palmeira dos Índios (AL) e Águas Belas (PE), em busca do trabalho sazonal na colheita da cana. O conhecimento dessa situação possivelmente levou o Padre Alfredo a se portar como um defensor e protetor dos índios, particularmente dos moradores em Águas Belas, frente aos desmandos dos latifundiários da localidade. O sacerdote também foi muito próximo dos índios moradores em Palmeira dos Índios. Durante muitos anos foi pároco em Bom Conselho, cidade pernambucana situada na fronteira entre o Agreste pernambucano e a Zona da Mata alagoana. A proximidade geográfica do município favorecia sua constante presença em Águas Belas, onde também foi pároco.

O significado da atuação de Pe. Alfredo em defesa dos Fulni-ô pode ser compreendido, como registrou a cronista Guiomar Alcides de Castro, com a presença dos “índios de Águas Belas, num grupo de 72 pessoas” por ocasião do seu sepultamento, em Bom Conselho. Ao descrever as cenas do sepultamento do Padre Alfredo Dâmaso, a cronista observou que: “O Pajé, segundo o ritual da tribo, na língua tupi-guarani, diante do esquife, acompanhado pelos irmãos de ocará, fez

invocações, animadas por gesticulações típicas. Quiseram até carregar o corpo do estimado protetor, a fim de enterrá-lo na própria aldeia”.²⁹ O corpo foi sepultado em Bom Conselho, contrariando o desejo do morto, que escrevera em seu testamento, enquanto esteve hospitalizado no Recife: “se os índios reclamarem seria na capelinha da aldeia”³⁰, em uma referência à igreja dedicada a Nossa Sra. da Conceição, construída com a ajuda dos índios, no aldeamento Fulni-ô.

A mobilização dos Fulni-ô e do Padre Alfredo provocaram, em um primeiro momento, a partir de meados dos anos 1920, a articulação de uma rede de emergências para o reconhecimento, pelo SPI, de vários grupos indígenas, em Pernambuco e Alagoas. Num segundo momento, “os próprios grupos recém reconhecidos passam a atuar entre o órgão e os futuros grupos, em novas emergências” (Arruti 1996:47), o que ocorrerá até meados dos anos 1950.

Com a presença de Pe. Alfredo entre os Fulni-ô, Águas Belas se tornou um dos “pontos de circuitos de trocas rituais” entre vários indígenas. A cidade de Bom Conselho, onde o religioso residia, ganhou também importância, por ser o local procurado pelos grupos indígenas em busca do apoio do sacerdote, se tornando assim um ponto de comunicação e circulação na rede de relações e de rituais (Arruti 1996:51).

As relações entre os Xukuru e o Pe. Alfredo Dâmaso eram de longa data. Um dos entrevistados lembrou a viagem que fez para uma ‘representação’, em ‘Papacaça’, nome original de Bom Conselho. Atendendo a um convite do Padre Alfredo, o Cacique Jardelino Pereira levou o entrevistado, juntamente com outros índios: “Nesse tempo, os índios daqui, o pai velho, ele tirava os principal, ai eles, escolheram, escolheram, escolheram, quando foi na época nós fomos, por caminhão, os sessenta índios”. O entrevistado lembrou ainda das vindas de Pe. Alfredo à Serra do Ororubá, da sua amizade com os índios em Cana Brava (“Cana Braba”), onde o Padre celebrava missas anualmente, no dia 19 de março, dedicado a São José: “Ôxe! Me lembro, na casa do finado Antonio Elói. Lá em Cana Braba. Na casa do finado Zé Paulino, em Cana Braba. Todo

²⁹ *O Monitor*, Garanhuns, 26/07/1964, p. 1

³⁰ A Carta Testamento do Padre Alfredo Pinto Dâmaso Pároco de Bom Conselho – Diocese de Garanhuns. Recife, 30/05/1964, datilog.

ano ele vinha, vinha e celebrava missa lá no Antonio Eloi e na casa do finado Zé Paulino”. (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra D’Água). Os Xukuru e os Fulni-ô também mantiveram relações bem próximas, o que pode ser compreendido historicamente.

A partir desse quadro de referências, é possível compreender a presença de índios fulni-ôs entre os Xukuru, as relações entre os dois grupos e a importância delas para as mobilizações pelo reconhecimento dos Xukuru pelo Estado, desde meados dos anos 1940, embora as relações entre esses dois grupos também tenham sido tensas, como revelou anos mais tarde, em uma entrevista, o Cacique Xukuru Jardelino:

“Os chucurus brigavam muito com os carnijós (fulni-ôs) que queriam subjugar os chucurus”. Essa afirmação encontra-se em uma entrevista concedida no Recife, em 1962, ao antropólogo Clóvis Antunes, publicada com o título “Testemunho de um Chucuru de Urorubá-Cimbres”. (Antunes 1973:39; grifos nossos)

Ainda na mesma entrevista, o Cacique Jardelino afirmava: “Os chucurus da Serra de Urubá ou Urorubá de Pesqueira se comunicavam muito com os índios de Palmeira e o mesmo faziam os de Palmeira. É a mesma tribo com o mesmo toré, embora os palmeirenses tenham o seu ‘particular’”.

São ilustrativos dois exemplos da presença de indivíduos fulni-ôs entre os Xukuru. No primeiro, Elvira Rodrigues de Mendonça, apesar de não possuir maiores informações, lembrou dos seus avós, vindos de Águas Belas:

Era eles eram de lá. Mas vieram de lá, acho que casaram aqui e aqui ficaram. Meu avô mesmo nunca deu notícia de família dele. Um tempo minha mãe falou que apareceu uma irmã dele a procura dele e ele num deu mais notícia. Num sei nome de meu avô, dos pais dele, num sei. Meu avô, pai Firmino esse nunca deu notícia de nada lá do mundo dele. (Elvira Rodrigues de Mendonça, Aldeia Gitó)³¹

³¹ Depoimento em fevereiro de 1997. In Centro de Cultura Luiz Freire (1997:61).

No outro exemplo: em uma conversa informal, em 2006, ‘Seu’ Zequinha, o Pajé Xukuru, afirmou que os Romão da Hora também eram originários de Águas Belas. Alguns deles são figuras destacadas na história contemporânea Xukuru, a exemplo de José Romão e Luiz Romão da Hora, citados no relatório elaborado pelo sertanista do SPI Cícero Cavalcanti, em 1944, como “chefes de cultos”, reprimidos pela Polícia de Pesqueira. Na época, o índio Romão da Hora Tataramé tinha em seu poder “uma espada com bainha metálica, um quepe, uma banda de duas dragonas”, artefatos que recebera de um ex-combatente da Guerra do Paraguai e que foram levados pelo sertanista para a Diretoria do SPI, no Rio de Janeiro³². A importância desse fato e desses objetos para a história Xukuru foi discutida anteriormente.

Com uma Lei de 1948, o Presidente Vargas reconheceu a ampliação do direito a pensões para filhas de militares e voluntários ex-combatentes na Guerra do Paraguai³³. Os Xukuru se mobilizaram então para usufruir do benefício legal. O índio Durval, que mais tarde, como funcionário do Posto do SPI na Aldeia São José, se tornaria enfermeiro e professor muito querido e lembrado pelo povo Xukuru, relatou que esteve em várias localidades na Serra do Ororubá, procurando as possíveis beneficiárias, e foi ao Recife, para garantir, junto às autoridades militares, o direito às pensões:

Em 1948 eu tive essa visita, aí falei com eles. Lá se chama Sítio Teixeira, Serra do Acaí. Chama Caípe de Cima, ou Brejinho abaixo. Eu tive a entrevista com esses homens. Aí fui embora. Depois eu entrevistei com esses homens de novo a mesma história. Aí fui no Recife. Cheguei lá, fui na 7ª Região Militar. Aí conversei lá com o General. Ele disse: “-É tem esse direito de vocês. O índio tem direito”. Eu digo: “- Eu tenho um Diário Oficial aqui que o Getúlio criou o direito das filhas dos voluntários da Guerra do

³² O *Relatório* elaborado pelo sertanista do SPI Cícero Cavalcanti de Albuquerque, datado de 12/09/44 está transcrito in Antunes(1973:40-3).

³³ Lei 488 de 15 de novembro de 1948: “Dispõe sobre o pagamento de vencimento, remuneração ou salário do pessoal civil e militar da União”. Art. 30: “É assegurado o direito a pensão, instituída pelo Decreto nº. 1544 de 29 de agosto de 1939, as filhas dos militares que serviram na Guerra do Paraguai e cujas progenitoras faleceram ou virem a falecer”.

Paraguai receber o soldo do pai, que é o vencimento”. Chamava o soldo, do pai. Vai tudo quem confirma recebe. Aí ele me deu, de acordo com o Diário Oficial que criou essa Lei. Em 1948 foi criada essa Lei. Aí eu vim aqui na serra do índio. Aí num lugar chamado Lagoa, encontrei uma senhora, chamava Quitéria Biu. Quitéria Biu Marcionila. Ela disse: “– São quatro irmãs”. “– Eu quero o nome para mim tirar o Batistério de vocês em Vila de Cimbres”. Era batizada, num era registrada, mas era batizada. Aí procurei outra num lugar chamado São Brás, tinha duas lá. Vim no Caetano encontrei mais duas. Tudo filha dos voluntários da Guerra do Paraguai. E vim ao lugar chamado Canabrava que era os vinte que chamava o Sítio Canabrava, era bravo os homens da história. Aí arranjei mais duas lá. Aí fez dez mulheres pra receber. (Durval Ferreira Farias, Bairro Xucurus, Pesqueira/PE)³⁴

Como o pleito indígena não foi atendido no Recife, eles resolveram procurar a Inspetoria do SPI, no Recife, e posteriormente o General Rondon, no Rio de Janeiro. As memórias desse período são contadas em várias versões. Uns relatos substituem o Rio de Janeiro por Brasília, o SPI pela Funai, o que caracteriza uma das especificidades do ato de rememorar: atualizar os acontecimentos passados, lidos a partir do presente, ou seja, os anos mais recentes das mobilizações Xukuru por suas terras, por seus direitos. O ato de confundir nomes e lugares é compreensível, pois, como afirma Halbwachs sobre lembranças reconstruídas:

À medida em que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los sob a forma de conjuntos, sobre os quais se destacam alguns dentre eles, mas que abrangem muitos outros elementos, sem que possamos distinguir um do outro, nem jamais fazer deles uma enumeração completa. (Halbwachs 2004:77)

Uma crônica publicada no jornal semanário de Pesqueira, em meados de dezembro de 1951, registrava a presença de Pe. Alfredo Dâmaso na Serra do Ororubá. Qualificando o religioso de “etnógrafo” pelo seu conhecimento, inclusive da língua dos “caboclos residentes em Águas

³⁴ Depoimento em fevereiro de 1997. In Centro de Cultura Luiz Freire (1997:30).

Belas”, o cronista se referia também às estreitas relações do religioso com os índios Carnijós, hoje conhecidos como Fulni-ô. O cronista escreveu que, em Pesqueira, o Pe. Alfredo conversara com “alguns habitantes serranos”, dentre eles Romão da Hora. E, além de anotações de “numerosos vocábulos xucurus”, o sacerdote católico romano: “Tratou, igualmente, dos direitos, até agora postergados, dos descendentes dos heróis que derramaram o sangue nos campos da luta no Paraguai”. Para o cronista, as pensões para as viúvas “desses heróis” da Guerra do Paraguai era um antigo direito reconhecido por lei federal, mediante a apresentação de documentos comprobatórios de parentesco com “Os nossos conterrâneos da serra de Ororubá, antigos componentes do ‘30 de Voluntários’”, numa referência ao batalhão formado por índios enviados para a Guerra do Paraguai³⁵.

Um entrevistado lembrou que o Padre Alfredo procurou Romão da Hora, morador em Brejinho, para tratar dos direitos dos índios à pensão, por seus antepassados terem participado da Guerra do Paraguai:

O Padre Alfredo, na época dele, ele procurou Romão da Hora que morava ali em Brejinho. Eu era muito novo, mas toda vida gostei de apreciar as conversas dos velhos, ele falou pro padre Alfredo. Padre Alfredo disse: “Vocês, esses índios velho da época da Guerra do Paraguai, vocês vão ter o direito dado pelo governo. O governo vai pagar um direito a vocês, tanto dos familiar, dos que for da família dos que foram, que morreram, não voltaram mais, como dos que foram e voltaram, todos tem direito a essa... a essa pensãozinha”. Bom, e nos fiquemo, fiquemo, fiquemo, fiquemo, tinha deles que era meio... “Ah! Esse padre só faz conversar!” “Esse padre só tem conversar”. Era, muitos dizia. Mas, ninguém ligava pra isso não.

Ai nós fomos, fomos, fomos... Quando estourou essa historia do aposentado, o finado Romão da Hora disse: “Olha, meninos, isso ai foi a historia que o Padre disse naquele tempo, que ele andava aqui. Ele disse que nós ia ter direito a uma pensão, faz... vai trabalhando, vai ficando velho, com pouco não pode mais trabalhar, coisa e tal, Eles vão, inventaram essa historia de

³⁵ O Padre Alfredo Dâmaso em visita a Ororubá: ato reparativo que urge providências. *A voz de Pesqueira*. Recife, 16/12/1951, p.1.

aposentar, eles aposentando o índio tem direito, a aposentadoria, aquele total toda vida. Até morrer, tá bem?” Será que foi isso? Foi! Foi! Justamente. Ai apareceu essa historia, desse, dessa aposentadura e coisa e tal, vai ficando velho e vai se aposentando e só quem não se aposentou foi ele, o Romão da Hora! Porque, ele não era desse tempo, era por idade nera? A idade dele não dava. Ai ele ficou. (Gercino Balbino da Silva, Aldeia Pedra d’ Água)

Outro entrevistado também lembrou que: “Padre Alfredo na época fez muitos casamentos. Lá pela Serra fez muitos casamentos. Inclusive, meu pai casou-se foi ele, ele fez o casamento. Meu pai, meu avô é quem dizia. Contava eu ouvia e gravei até hoje”. (Pedro Rodrigues Bispo, ‘Seu’ Zequinha, Pajé Xukuru). Foi Padre Alfredo quem comprou o terreno e financiou a construção da Capela de São Pio X, na atual Aldeia Brejinho. Coube ao índio Malaquias, residente naquele local, a responsabilidade pelo acompanhamento da obra e o pagamento dos trabalhadores. A construção da capela alcançava uma dimensão simbólica política significativa, na medida em que representava, além do estreitamento das relações entre o sacerdote e os índios, também o apoio político da reconhecida atuação de Pe. Alfredo em defesa dos Carnijós (Fulni-ô), em Águas Belas.

Esse apoio, ao menos no que dizia respeito ao direito às pensões de veteranos da Guerra do Paraguai, foi reconhecido pelo anteriormente citado cronista pesqueirense, quando escreveu:

Desde muitos anos, em virtude de lei federal, as viúvas desses heróis têm direito a uma pensão mediante a apresentação de documentos... Os nossos conterrâneos da serra de Ororubá, antigos componentes do ‘30 de Voluntários’, já desapareceram todos, restando um ou outro filho. Lembramo-nos de alguns: brigada Zeferino Araújo, condecorado com a medalha de campanha, residente em Afetos; cabo Aquilino Cardoso, morador à rua hoje denominada 30 de Voluntários; José Mendes Sobral, de Santana; os Rodrigues, os Piranhas, de Cana Brava, além de outros que já me ocorrem a memória.³⁶

³⁶ MACIEL, José de Almeida. O Padre Alfredo Dâmaso em visita..., op. cit.

A mobilização pelo direito às pensões motivou os Xukuru às reivindicações ao direito às suas terras, diante das perseguições dos fazendeiros:

Aí então eu comecei a fazer o trabalho a bem das pensões dessas mulheres... Aí aconteceu que todos os índios se manifestaram, fizeram o convite de eu procurar os direitos deles, chorar por eles. Eu digo: -O que chorar? É defender os direitos deles, arranjar... Isso é difícil! Os homens brancos de Pesqueira, se eu manifestar esse programa diante de vocês eu sou perseguido. (Durval Ferreira Farias, Bairro Xucurus, Pesqueira)³⁷

Nas memórias do índio Durval, percebemos os meandros da mobilização, para a escolha dos índios que viajariam ao Rio de Janeiro:

Aí passou-se, silenciou-se tudo por aí. Aí o povo me via, dizia: “-O que é que se faz, nós não temos direito a nada? Tá perseguindo a gente? Aí eu digo: “-Mas tenha paciência que vem. Tenha paciência que vem”. Aí de 51, 52, 53, 54, aí chegou. “-Mande os homens; três índios que sofre mais aí na Serra de Ororubá aqui a minha presença. Aí fui saber desses homens, que era parente desses homens. Aí disse: “-Eu não vou não. Não tenho coragem, já tô velho. Aqui tem Antonio Nascimento. Antonio Caetano Nascimento da Hora; tem Félix e tem Stênio. Eles são disposto. Um tem 50 e poucos anos, outro quase 60, por assim. Eles tem coragem de ir lá. (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

São citados detalhes que revelam como foram construídas as articulações da mobilização indígena:

Eu digo: “-Querem ir? Eu vou onde tá o Inspetor Raimundo Carneiro. Ele Inspetor na 4ª Inspetoria, Dr. Raimundo Carneiro. Aí disse: “- Vamos!”. Aí saí com ele lá. Aí fui lá onde tava um advogado, era filho daquele que era muito amigo meu, chamava Ricardo Ferreira Maciel Pinheiro, filho de um voluntário da Guerra do Paraguai. Chamava ele Tomás Ferreira Maciel Pinheiro. Ele nasceu aqui em Pesqueira, mas eles era de fora daqui. De uma

³⁷ In Centro de Cultura Luiz Freire (1997:31).

cidade chama Ferreiros, aqui, entre a Paraíba e Pernambuco...mas ele ganhou a Guerra né? Venceu a Guerra, né? E deram um cartório a ele. E ele ficou ali. Pesqueira precisava de um cartório. Ele veio prá'qui. Casou a segunda vez, com uma família daqui, aí nasceu esse cabra aqui. Ele morava lá no Recife, eu tinha contato com ele. Contava muita história também. Aí fomos lá. Adquirir os direitos desse homem, fui com ele, um advogado, né? “– Então o Dr. Raimundo Carneiro, eu conheço ele. Vou falar com ele. Aí sai com o velho, ele já velho, né? (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

Como foi visto, existiam antigas relações entre os índios moradores na Serra do Ororubá e a 4ª Inspetoria do SPI sediada no Recife, onde os índios foram buscar apoio. Para os índios, a recusa para a instalação de um Posto do SPI entre os Xukuru decorria das pressões e do dinheiro pago ao órgão indigenista oficial pelos fazendeiros invasores das terras indígenas, como aparece na continuidade do relato:

Quando chegou lá ele disse: “– Ah! Índio não tem jeito não. É a aldeia toda. Taquim prá'qui, taquim prá'colá”. Eu disse: “– O que é taquim?” Ele disse: “– É uma moradinha, não tem patrimônio cercado. Lá é difícil fazer essa história do índio lá. Criar um Posto”. Aí um dos caboclos também veio muito zangado, muito adiantado, disse; “– É doutor...” Ele não chamou doutor, ele disse: “– Ó meu pro, o senhor tá com os bolsos cheio das vaca gorda”. “– Que negócio das vacas gorda é isso?” Aí eu digo: “– E o que é vaca gorda caboclo?” “– É dinheiro. Recebe dos fazendeiros pra não criar um Posto lá. Nós não tem direito deste Posto? Nós tem tombamento histórico”. Aí zangou-se com o índio porque ele disse isso. Aí ele respondeu: “– Não dou permissão pra esse homem ir pro Rio de Janeiro falar com Cândido Mariano Rondon”. Aí eu digo: “–Vamos embora. Vamos embora”. Aí tirei os homens, vim embora. (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

Depois da tentativa frustrada junto ao SPI no Recife, os índios decidiram ir ao Rio de Janeiro falar diretamente com Rondon:

Quando chegou aqui eu disse: “– Quer ir pro Rio de Janeiro? Eu conheço essa zona de Alagoas, até a cidade de Colégio [em Alagoas, onde existia um Posto do SPI junto aos Xukuru-Kariri].

Atravessa pra cidade inteira branca do outro lado. Eu boto vocês do lado de lá. Vocês vão lá falando na língua, e vão ganhando dinheiro, e vão. Eles disse: – É nós vamos”. “– Eu faço um ofício. Eu não sei fazer, mas eu faço um assim, organizo um programa, mando escrever direito e mando pra ele. Vocês vão.”. Falar com Rondon. Aí eles três. (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

Os índios iniciaram novas articulações e busca de apoios. Inclusive foi procurado o Padre Alfredo Dâmaso, atuando junto aos Fulni-ô, em Águas Belas, para ajudar na viagem ao Rio. O índio Durval recorreu aos seus contatos, da época em que trabalhou no Sertão de Alagoas, caminho dos viajantes para o Sul/Sudeste, quando conheceu Dom Adelmo Machado, que se tornara Bispo de Pesqueira e Padre Alfredo Dâmaso, pároco em Bom Conselho. O encontro dos três xukurus com Rondon seria facilitado pelas relações do religioso com o fundador do SPI:

Aí tinha um Bispo aqui chamado Dão Adelmo Machado que conhecia muito os índios Xukuru de Colégio a Palmeira dos Índios, que fugiram daqui prá não morrer. Os brancos que expulsaram prá lá. Aí eu conhecia porque eu, de 26 [1926] até 28 [1928] eu trabalhei de Quebrangulo até Palmeira dos Índios numa linha de ferro, trabalhando. Aí eu disse: “–Vocês vão lá. Chegar em Bom Conselho, tem um padre chamado beneditinos [os Capuchinhos tem um convento em Bom Conselho e sempre foram amigos de Padre Alfredo Dâmaso, vigário na Cidade]. Ele protege o índio de Águas Belas, de Palmeira dos Índios. Esse padre é muito bom. Chama ele beneditino, Padre Alfredo Daria. Vocês se entende com ele que ele dá mais uma proteção, conhece Cândido Rondon. (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

O entrevistado lembrou com precisão a data e o tempo de duração da viagem e os nomes dos que foram para o Rio de Janeiro: “Esses homens saíram daqui no dia 1º de outubro de 1953 e chegaram no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1954. Três meses de viagem. O Antonio Nascimento, o Félix e o Stênio, esses três irmão chegaram lá”.

O encontro com Rondon e Getúlio Vargas foi contado por Durval como cenas de alegre acolhida e comoção com o sacrifício físico dos viajantes em sua longa jornada, a aflição dos familiares, o risco da volta com

as ameaças dos fazendeiros quando descobriram a viagem, mas de felicidade pela conquista da instalação do Posto do SPI:

Quando foi a noite tavam eles em Jacarepaguá. O Cândido Mariano Rondon morava lá. Aí ele entregou a ele. Ele chorou. Eles me contaram tudo, os que foram. Aí chorou muito. “–Vou levantar Getúlio Vargas. Vou telefonar pra Getúlio Vargas”. Aí telefonou. Aí Getúlio Vargas disse: “– Mande eles aqui. Mande eles aqui”. Quando foi com dois dias, mandaram ajeitar eles. Mandou ajeitar roupa pra eles, tudinho, e levaram aqueles homens, com os pés todo ferido de andar de pés. Foram de pés. Passaram 90 dias de viagem! Aí chegaram lá eles receberam bem. Passaram 15 dias sendo entrevistado lá. Nesse entremeio as mulheres deles: “–Sinhô, ei vinha aqui. Passava aqui, “Meu marido mataram. “As notícias é que mataram”.

Aí eu vi dizer aqui, um parente meu era escrivão aí, da polícia, e disse: “–Vão matar os índios quando chegarem”. Aí eu fui a Recife, falei com esse advogado, ele chegou e comunicou direto pra Cândido Rondon. Disse: “Tragam uma ordenança, garantindo os três caboclos, que não vão matar quando chegarem, porque foram enredar dos brancos”. Quando deu fé, chegaram. Coronel Zé Guedes chegou com esses índios. Foram lá no Recife... Vieram de navio do Rio de Janeiro prá cá. (Durval Ferreira Farias; *ibidem*)

Como foi visto, então, a partir da década de 1940, a despeito dos questionamentos da identidade e até mesmo da existência de índios em Pesqueira, os Xukuru se mobilizaram para obterem o reconhecimento oficial, como comprovam registros encontrados nos arquivos do SPI. Como também os Xukuru em suas memórias orais, narram e fazem suas leituras dos acontecimentos daquela época, em que a conquista, instalação e funcionamento do Posto do SPI, em 1954, na Serra do Ororubá, resultaram do protagonismo indígena. Se a instalação do Posto não lhes garantiu a demarcação definitiva de suas terras, ao menos a assistência pelo órgão indigenista estatal, adquiriu um grande significado político: o reconhecimento oficial dos Xukuru que no futuro exigirão o reconhecimento do direito à demarcação das terras por eles reivindicadas.

Bibliografia

- AMADO, Jorge. 1997. *Seara vermelha*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record.
- ANTUNES, Clóvis. 1973. *Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas*. Maceió: UFAL.
- ARRUTI, José Maurício P. A. 1996. *O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- BOURDIEU, Pierre. 1992. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- CCLF (Centro de Cultura Luiz Freire). 1997. *Memórias do povo Xukuru*. Olinda. (dig.)
- HALBWACHS, Maurice. 2004. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- PERES, Sidnei Clemente. 1992. *Arrendamento e terras indígenas: análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- SILVA, Edson. 2008. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*. 2008. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP.

Entrevistas

- Cassiano Dias de Souza, 75 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 13/12/2005.
- Cícero Pereira de Araújo, 'Seu' Cicho Pereira, 81 anos. (Falecido). Bairro Xucurus, Pesqueira/PE, em 05/01/2002.
- Gercino Balbino da Silva, 80 anos. (Falecido). Aldeia Pedra D'Água, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 11/08/2004.
- Malaquias Figueira Ramos, 62 anos. Aldeia Caípe, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 17/11/2005.

Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 14, vol.21(2), 2010

Maria Alves Feitosa de Araújo, 'Dona Lica', 52 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

Milton Rodrigues Cordeiro, 57 anos. Aldeia Gitó, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 16/12/2005.

Pedro Rodrigues Bispo, 'Seu' Zequinha, (Pajé Xukuru), 72 anos. Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE, em 05/07/2004.

Maria Alves Feitosa de Araújo, 'Dona Lica', 52 anos. Aldeia Cana Brava, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.

Milton Rodrigues Cordeiro, 57 anos. Aldeia Gitó, Serra do Ororubá, Pesqueira/PE, em 16/12/2005.

Pedro Rodrigues Bispo, 'Seu' Zequinha, (Pajé Xukuru), 72 anos. Bairro Baixa Grande, Pesqueira/PE, em 05/07/2004.

Recebido em fevereiro de 2009

Aprovado para publicação em setembro de 2009